

Leis trabalhistas do Brasil são arcaicas e contraproducentes, diz 'Economist'

[Comentários \[15\]](#)

Código trabalhista prejudicaria igualmente empresas e trabalhadores

As leis trabalhistas do Brasil são arcaicas, contraproducentes e oneram tanto empresas quanto trabalhadores, diz uma reportagem da revista britânica The Economist que chegou às bancas nesta sexta-feira.

A reportagem, intitulada Employer, Beware (Empregador, Cuidado), afirma que as leis trabalhistas brasileiras são "extraordinariamente rígidas: elas impedem tanto empregadores como trabalhadores de negociar mudanças em termos e condições, mesmo quando há um acordo mútuo".

Para a revista, a legislação incentiva trabalhadores insatisfeitos a tentar que sejam demitidos em vez de pedir demissão.

Esse ciclo, acrescenta a Economist, induz também empresários a preferir não investir em treinamento de seus funcionários, já que esse é um investimento que pode não dar retorno.

De acordo com a publicação, as leis trabalhistas do Brasil são "uma coleção de direitos de trabalhadores listados em 900 artigos, alguns escritos na Constituição do país, originalmente inspirados no código trabalhista de Mussolini".

A reportagem diz que o conjunto de leis é custoso e que "demissões 'sem justa causa' geram multas de 4% sobre o que um trabalhador recebe", acrescentando que nem "um empregado preguiçoso ou um empregador falido constituem 'justa causa'".

Custos

O artigo comenta que, em 2009, um total de 2,1 milhões de brasileiros processaram seus empregadores em cortes trabalhistas. "Estes tribunais raramente se posicionam favoravelmente aos empregadores. O custo anual deste ramo do Judiciário é de mais de R\$ 10 bilhões (cerca de US\$ 6 bilhões).

De acordo com a Economist, "empresários há muito reclamam que essas onerosas leis trabalhistas, juntamente com elevados impostos sobre os salários, impedem-nos de realizar contratações e os empurram para fazer pagamentos por debaixo dos anos, isso quando esses pagamentos são feitos".

O passado sindical do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva representava, no entender do empresariado brasileiro, uma esperança de que ele estaria mais bem situado que seus predecessores para persuadir trabalhadores a aderir a regras mais flexíveis que seriam melhores para eles.

Mas a publicação britânica acrescenta que os escândalos que abalaram o primeiro mandato de Lula impediram a implementação desta e de outras reformas.

ARTIGO PÚBLICADO NA PÁGINA DA ANAMATRA EM 2004(disponível em www.anamatra.org.br)

Artigos

Insulto e benevolência

(27/04/2004 - 17:23)

Grijalbo Fernandes Coutinho, 38, é juiz do trabalho e presidente da Anamatra

Recente matéria veiculada no londrino The Economist considera o judiciário brasileiro *“jurássico e disfuncional”* e os juízes *“parecem antiquados e lhes faltam experiência e educação”*, concluindo o guardião do capitalismo financeiro oligopolista europeu que assim como fizeram outros países latino-americanos, o Brasil agora deve reformar o Judiciário. Incomoda o periódico o fato de *“confrontados entre defender um contrato e promover a justiça social, três quartos dos juízes optariam pela segunda idéia, além de fazerem e desfazerem na interpretação dos contratos, para conduzir a sentenças socialmente benevolentes”*

Os juízes do trabalho conhecem as deficiências do Poder Judiciário, bem como da legislação brasileira, reivindicando, pelo menos desde o início da década de 90, mudanças profundas que possam lhe dar maior agilidade e concretizadoras de efetiva legitimidade. Dentro deste contexto, têm sugerido medidas que democratizem a sua gestão e o aproxime da imensa maioria do povo, sobretudo dos setores que não conseguem exercer as garantias mínimas legais e constitucionais.

Não é por outra razão que as associações de classe da magistratura possuem uma postura nitidamente crítica em relação ao modelo arcaico vigente, concentrador de poder nas cúpulas do Poder Judiciário, capaz de afastar a imensa maioria de juízes do processo decisório, no âmbito administrativo e também na esfera judicial, através dos incidentes processuais previstos na Constituição Federal e na legislação ordinária.

Se há algum consenso no seio do Poder Judiciário, este diz respeito ao tom crítico lançado contra o sistema processual em vigor, responsável por parte considerável da morosidade do sistema judiciário brasileiro. Mas tal função, como não poderia deixar de ser em qualquer Democracia, está reservada ao Poder Legislativo, cabendo aos juízes apontar a falha do mecanismo recursal e do complexo processo de execução que somente alberga com intensidade os devedores recalcitrantes bem aquinhoados.

Lamentavelmente, não são nobres os propósitos da crítica formulada pela matéria veiculada pela revista inglesa The Economist contra o Poder Judiciário brasileiro. Pretende, na verdade, reiterar todas as manifestações dos organismos financeiros internacionais, especialmente do Banco Mundial e do seu Documento 319, cuja premissa básica consiste na tese do judiciário mínimo e previsível para os insaciáveis credores

internacionais. Não se cansam os agiotas internacionais de insultar os juízes e o judiciário para extrair vantagens logo em seguida, com reformas que possam subtrair a independência e atentar contra a visão social dos magistrados. Perseguem a instituição da malsinada súmula vinculante e de meios alternativos de solução de conflitos, afastando, assim, o "incômodo" Poder Judiciário da análise dos seus rentáveis negócios e contratos.

O capital internacional, bem como seu agente de comunicação *The Economist*, responsável pela fome e miséria de boa parte do povo brasileiro, portanto, não são detentores de autoridade moral para lançar-se na aventura de arauto da modernidade reformista do judiciário das economias dependentes. É hora de tirar a máscara desta gente que não satisfeita com a acumulação de riquezas, quer agora explorar os menos favorecidos sem qualquer atuação do Estado. Querem os "investidores estrangeiros" sacrificar o que realmente dignifica o Poder Judiciário no Brasil: a independência dos seus juízes e a louvável visão social e humanística que cada vez mais se faz presente nas decisões judiciais. O Governo brasileiro é benevolente ao não discutir com profundidade a dívida externa e a sua forma de pagamento, tolerando os abusos praticados pelos segmentos representados pela revista inglesa contra os milhões de excluídos no país.

Poder Judiciário é jurássico

por Gilberto Dimenstein

O Judiciário brasileiro é jurássico e disfuncional, e os juízes "parecem antiquados" e "lhes faltam experiência e educação". Em artigo publicado na edição desta semana e divulgado ontem em sua versão eletrônica, a revista britânica "The Economist" critica duramente a Justiça brasileira, enquanto resume os conflitos que têm marcado a discussão sobre a reforma do Judiciário, sobretudo as divergências entre o presidente do Supremo Tribunal Federal, Mauricio Corrêa, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Lula começou a abrir a caixa-preta, uma tarefa que ele achará mais fácil quando Corrêa se aposentar em maio, e o reformista Nelson Jobim sucedê-lo", conclui a revista.

Pressa na reforma

O texto afirma que a maioria dos países latino-americanos reformou o Judiciário nas duas últimas décadas, e "a maioria dos brasileiros acha que agora é hora de mudar". E vincula a pressa do presidente com o caso Waldomiro: "com o governo sofrendo de uma crise de confiança trazida por um escândalo de corrupção, Lula está mais que ávido para lhes dar (a reforma)".

O Judiciário do Brasil é "disfuncional, uma instituição jurássica", segundo a revista, porque é lento, tomado por casos frívolos montados para evitar a Justiça e "emaranhado em procedimentos inúteis". Os juízes "parecem antiquados, inalcançáveis e impassíveis de prestar contas aos cidadãos a que servem", afirma o texto, aludindo à Operação Anaconda e à ameaça de greve dos magistrados em função da reforma da Previdência. A redemocratização do país fez o Congresso e o

Executivo se modernizarem, e "o Judiciário se tornou coberto por novas camadas de complicação".

O resultado "drena dinheiro e moral do Brasil". A revista cita estudo do economista Armando Castelar Pinheiro, publicado no ano retrasado, segundo o qual o Produto Interno Bruto é 20% menor do que seria, caso a Justiça tivesse padrões do mundo desenvolvido.

Outro dado levantado pelo texto é o percentual de homicídios cujo processo é bem-sucedido: 7,8% dos 49 mil assassinatos cometidos por ano. E, ainda, a revista menciona o fato de o coronel condenado pelo massacre do Carandiru ter sido condenado a 632 anos, mas, por ter direito a novo julgamento, ainda não começou a cumprir a sentença.

O conflito dá a impressão, segundo a revista, de que posições são bem marcadas. Porém, se o governo vê o sistema afastado da sociedade, "investidores têm queixa oposta": contratos não são respeitados se a decisão tiver benefício social. "É o governo que recheia tribunais com casos frívolos para evitar pagar dívidas".

O texto reproduz em português o termo que mais designa a lentidão da Justiça brasileira: morosidade, produto "de forças além do controle do Judiciário", como o direito ao recurso. O Supremo teve de lidar com 164 mil casos no ano passado; a Suprema Corte dos Estados Unidos tomou menos de cem decisões.

A revista afirma que não necessariamente o controle externo será benéfico, pois também poderá se inclinar pelo social, em detrimento do econômico. "Isto é tolice, mas faltam aos juízes a experiência e a educação para perceberem isto", diz a "Economist".